Diário de Luzia: Caminhos da Vida, Um Jornal, coordenação de Luísa Antunes Paolinelli e Ana Cristina Trindade (2023)

10.29073/naus.v8i2.1017

Recebido: 6 de outubro de 2025.
Publicado: 20 de dezembro de 2025.

Autor/a: Isabel Drumond Braga, Universidade de Lisboa, Portugal, isabeldrumondbraga@gmail.com.

De mochila presa às costas
Com dez quilos talvez mais
Tantas vezes fui à escola
Aprender coisas banais

Se algo existe nesta vida
Que algum saber requer
É a ciência de entender
Como pensa uma mulher

Tanto aprendi
Tanto aprendi
Nada sobre ti
Nada sobre ti

(Quatro e Meia, *Na Escola*, 2023)

Sevem os versos citados, que integram a canção *Na escola,* com letra e interpretação da banda *Os Quatro e Meia*[1], para introduzir o tema da escrita feminina, a propósito da publicação de *Diário de Luzia: caminhos da vida, um jornal*. Quer a canção quer o aparecimento da obra datam de 2023. A ligação não carece de explicações, uma vez que os textos refletem o posicionamento dos seus autores. Portanto, a partir do diário importa escrutinar algumas linhas do pensamento de Luísa ou Luzia, *nom de plume* da autora aqui em evidência.

Nos últimos anos, o estudo da escrita de autoria feminina tem ocupado a atenção de investigadores de diferentes áreas, o que permitiu pôr fim a ideias feitas e apressadas sobre o tema, em especial no que se refere aos séculos pretéritos. No caso concreto da escrita diarística, podemos afirmar que não abunda. Recordemos, contudo, as recentes publicações do *Diário de D. Eugénia de Mello Breyner da Camara (1873–1878)*[2] e dos *Diários,* de D. Maria Constança da Câmara, 7.ª marquesa de Fronteira[3]. Portanto, a edição de todo e qualquer exemplar desconhecido ou citado pontualmente é sempre um esforço que importa saudar e que beneficia quer a academia quer o leitor que tem interesse sobre o tema. Tanto mais que estes diários de autoria feminina estão recheados de alusões à política, à sociedade, à cultura e à vida quotidiana.

Diário de Luzia: caminhos da vida, um jornal foi dado à estampa em 2023, após uma cuidada leitura, transcrição e anotação (2244 notas) das Doutoras Luísa Antunes Paolinelli e Ana Cristina Trindade. A primeira é docente da Universidade da Madeira e tem publicado trabalhos nas áreas da literatura e da cultura, a segunda é investigadora do CLEPUL e do Centro de Estudos Globais da Universidade Aberta e tem-se dedicado, em especial, à história da Madeira. Trata-se de um volumoso documento que compreende os anos de 1902 a 1915, da autoria

[1] Veja-se Os Quatro e Meia, *Na Escola.* https://www.youtube.com/watch?v=yOJxwsvAiQY. Consultado em 3 de junho de 2025.
[2] *Diário de D. Eugénia de Mello Breyner da Câmara (1874–1878),* coordenação de Augusto do Amaral Cardoso Rebello de Andrade, Lisboa: Livraria Bizantina, 2021.
[3] D. Maria Constança da Câmara, 7.ª marquesa de Fronteira, *Diários,* estudo introdutório, fixação de texto e notas de Pedro Urbano, Lisboa: Caleidoscópio, 2022.

de Luísa Susana Grande de Freitas Lomelino (Portalegre, 15 de fevereiro de 1875 — Funchal, 10 de dezembro de 1945), que na sua obra literária usou o pseudónimo de Luzia.

Luísa de Freitas Lomelino foi redigindo o diário, o seu confidente mudo, entre os 27 e os 40 anos. Isto é, antes de se ter tornado uma escritora de sucesso, cuja carreira só teve início em 1920, com a publicação do livro intitulado *Os que se divertem: a comédia da vida.* Vários outros se seguiram, não obstante ter publicado o seu primeiro conto, "A lenda das estrelas", no *Correio da Manhã,* de 8 de janeiro de 1894[4]. À data da sua morte, o diário encontrava-se revisto, datilografado e pronto para ser publicado, o que não deixa de causar estranheza, uma vez que, por norma, um texto desta natureza constitui um repositório de pensamentos e opiniões íntimos, em princípio não destinado à divulgação, até porque, o registo de apreciações e juízos críticos sobre as pessoas que fazem parte do círculo social ou profissional do autor nem sempre é isento de palavras duras. Talvez por isso mesmo, manteve-se inédito.

Os anos cobertos pela escrita do diário foram, como seria de esperar, pautados por momentos de alegria. Mas, foram, em particular, marcados por dor e sofrimento físico e psíquico. Ciclicamente, os fantasmas do passado e do presente assolavam e assoberbavam Luísa. Destaquem-se a orfandade materna, uma vez que a mãe falecera de parto; a perda do pai, vítima de tuberculose, quando contava apenas nove anos; e a morte da irmã, na idade adulta. Estas perdas, bem como a de alguns amigos, mas em especial, os desaparecimentos de membros da família mais chegada, claramente, nunca foram ultrapassados. Luísa viveu constantemente entre a raiva e a depressão, longe da aceitação, a suposta última fase do luto. Em 5 de novembro de 1908, escreveu: "A minha vida de criança e de rapariga não volta mais. Já a morte levou quase todos os que gostaram de mim e de quem eu gostei. Foi como se, num jardim — um lindo jardim! — devastado por um vendaval, só uma árvore ficasse esquecida, abandonada…" (pp. 126–127).

O casamento, aos 21 anos, com um primo, Francisco Vasconcelos do Couto Cardoso, acabou em divórcio, em 1914. A união e o seu fim foram também motivos de dor. Recorde-se que a I República, ao promulgar a lei de 3 de novembro de 1910, conseguiu a separação entre o Estado e a Igreja promovendo a obrigatoriedade do casamento civil e a permissão do divórcio. Entrava-se num processo de laicização, com o casamento a abandonar o aspeto sacramental e a enveredar pelo estabelecimento de um contrato, o qual poderia ser desfeito por mútuo consentimento ou de forma litigiosa. Era o culminar de um longo debate que se iniciara na segunda metade do século XIX, com a participação de algumas mulheres[5]. Luísa não se entendia com o marido, mas preferia a separação judicial ao divórcio (pp. 301, 330). Antes ainda do fim da união, em 10 de maio de 1904, ao assistir a um enlace, não deixou de refletir sobre o seu e confidenciou: "Lembrei-me do meu casamento, para onde me atirei como empurrada, estonteada, numa parva *insouciance*, ignorando tudo da vida, sem um beijo, uma lágrima, um conselho que me protegessem, cheia de confiança na minha boa vontade, no meu grande desejo de dar felicidade, pensando que ia ter um lar, um companheiro, filhos que me consolassem de não ter conhecido mãe! Tanta inconsciência e tanto abandono, meu Deus!" (pp. 68–69).

As perdas dos que lhe eram queridos e o fracasso matrimonial conduziram Luísa a um cansaço constante, a um desânimo generalizado, a uma significativa solidão, não obstante nunca lhe faltar gente por perto; e, em última instância, à depressão e a pensamentos suicidas. Em 20 de junho de 1904, após ter perdido a sua amada cadela Rilka, escreveu: "Parece que tudo cai, tudo morre, em volta de mim! Entretanto, a neurastenia avança, aumenta cada dia… Só sinto paz, lembrando-me do revólver, que tenho aqui mesmo, dentro da secretária, em que escrevo, porque ele me dá a certeza do *fim de tudo*, quando eu quiser, quando eu não puder mais!" (p. 78).

---

[4] Cláudia Sofia Nunes, "Luzia (Luísa Susana Grande de Freitas Lomelino), *Aprender Madeira*. https://aprenderamadeira.net/article/luzia-luisa-susana-grande-de-freitas-lomelino. Consultado em 04 de outubro de 2024.

[5] Fernando Catroga, "A laicização do casamento e o feminismo republicano", *A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspetivas actuais: actas do colóquio*, vol. 1, Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, 1986, pp. 135–152; Karine Coelho, "Divórcio", *Dicionário no feminino (séculos XIX-XX).* coord. de António Ferreira de Sousa, Ilda Soares de Abreu, Maria Emília Stone, Lisboa: Horizonte, 2005, pp. 276–282.

Paralelamente a estes problemas, há que considerar que a autora foi, socialmente, uma mulher bem-nascida e bem casada. Oriunda de uma família com posses, cujo pai era alentejano e a mãe madeirense, os primeiros anos de Luísa foram passados em Portalegre, depois no Funchal, e em concreto na Quinta das Cruzes, então pertencente à família materna, após ter estudado em Lisboa, nas Salesas, com as quais nunca perdeu o contacto nem o afeto (pp. 222, 317). Ao casar-se, instalou-se no solar de Nossa Senhora da Piedade, no Jardim do Mar (Calheta). Do ponto de vista da geografia, a autora não ficou confinada na ilha. Todos os anos, dividiu o seu tempo entre a Madeira, Lisboa, o Monte Estoril e Paris. Se nunca esqueceu Portalegre, a sua opção para viver e morrer recaiu na sua amada ilha.

Beneficiando de meios económicos e com uma cultura sólida em português, francês, inglês, literatura, especialmente portuguesa e francesa, Luísa tinha uma assumida fixação pelo século XVIII francês, designadamente pela história, pela moda e pela literatura. E uma das linhas de leitura deste diário pode ser exatamente, o conhecimento dos muitos autores citados por Luísa ao longo do texto, nas suas versões originais. Sem esquecer que também se correspondia com Fernanda de Castro abordando frequentemente o tema[6]. Além de ler, dedicava-se a outras atividades. Em 30 de março de 1903, definiu o seu programa de vida no Jardim do Mar: "Levanto-me às nove horas. Até ao meio-dia, ocupo-me do *ménage.* Segue-se o almoço e, depois dele, umas horas de delicioso sossego, lendo ou escrevendo. Às três, vem uma pequena que ensino a ler, o que me cansa e aborrece um pouco. Às quatro, chá, com pão escuro e bolo do caco" (p. 43). Em viagem, a rotina era bem diferente, com a frequência de parques, jardins, teatros e uma intensa sociabilidade à volta dos chás e de outras refeições nos mais variados estabelecimentos. Por exemplo, em Lisboa: Café Martinho, Hotel de Itália, Padaria Broomfield, Parque do Pimenta, Rendez-vous des Gourmets; na Madeira: Hotel Reid; em Sintra: Hotel Lawrence; em Paris: Armenonville, Café de la Paix, Grand Vatel, Volney, hotéis Carlton, Ritz e Trianon Palace.

Além de tomar chá com as pessoas das suas relações, nestes estabelecimentos luxuosos, também o tomava em casas particulares, tendo sido sempre muito reservada acerca destas refeições. Mesmo assim, em 6 de maio de 1910, na Madeira, referiu um chá elegante, "concorrido por todas as condessas e viscondessas de que dispomos", que a aborreceu "Levantei-me, farta de tantos morangos *à la crême*, tantos *cakes* enfeitados de cor-de-rosa…" (p. 197); em 10 de abril, igualmente no Funchal, o chá musical foi descrito como um comício, salvando-se a boa mesa "comeram-se torradas, *sandwiches* e deliciosos bolos entre suspiros" (p. 201). No Monte Palace, em 8 de agosto do mesmo ano, Luísa saudou "ótimas as torradas, deliciosos os *scones*" (p. 214). Em Lisboa, em 20 de janeiro de 1911, na Broomfield, um dos últimos redutos "de elegância na republicana Lisboa" referiu os *muffins* e os *scones* (p. 228), enquanto em 11 de maio de 1913, em casa de Mrs. Bulteel, no Funchal, o chá fora "uma maçada inglesa, com ótimos bolos e bonitas *toilettes*" (p. 282).

Neste bulício, os jantares a favor de determinadas associações beneficentes também marcavam presença. Por exemplo, em 6 de abril de 1910, um, na Quinta Vigia, fora a favor da Sociedade Protetora dos Animais (p. 197), enquanto em 29 de maio de 1913, Luísa esteve presente num concerto a favor do lactário do Funchal (287). Recorde-se que, em Lisboa, a Sociedade Protetora dos Animais foi fundada em 1875, à semelhança de outras congéneres europeias, tendo resultado do nascimento de uma nova sensibilidade que norteava a relação entre pessoas e bichos. A do Funchal fora criada em 1897, com a designação de Sociedade Protetora dos Animais Domésticos[7]. Por seu lado, o Lactário era uma das designações da Assistência a Crianças Fracas, uma instituição fundada em 1908, por Maria Eugénia da Câmara Leme Homem de Vasconcelos (Canavial) (1863–1945) que, em 1925, foi confiada à Congregação da Apresentação de Maria, acabada de se instalar no Funchal, a instâncias de

[6] *Cartas de Luzia para Fernanda de Castro e António Ferro,* coordenação de Luísa Antunes Paolinelli e Ana Cristina Trindade, Lisboa: Edições Colibri, 2024.
[7] Paulo Drumond Braga, "Nascimento e afirmação de uma instituição portuguesa: a Sociedade Protetora dos Animais (1875–1890)", *História em Revista,* vol. 30, n.º 1, 2925, pp. 73–87.

Leontina Ana de Ornellas Vasconcelos, ou irmã Maria da Santíssima Trindade (1893–1974). Assim se constituiu o alicerce da Província Portuguesa da Apresentação de Maria[8].

Momentos de lazer, mais informais eram os piqueniques, aparentemente pouco apreciados por Luísa. Em 22 de julho de 1910, compareceu a um na Quinta Santa Ana, tendo-o considerado, talvez pelas companhias, "a mais colossal maçada que possas imaginar!" (p. 210). Em 19 de maio de 1913, uma viscondessa combinava um outro (p. 286), o que não lhe suscitou interesse; e, em 27 de julho de 1914, desta feita, em Lisboa, acrescentou ao seu diário uma referência pouco abonatória sobre o assunto: várias senhoras "enfeitadas, arrebicadas, perfumadas, uma embaixada de futilidade que veraneia no Monte Palace", tinham-na convidado para chá, bridge e ténis, levando-a a comentar que "só falaram de festas, de *pic-nics*, de *flirts*, de *toilettes*…" (p. 367).

Em Lisboa e em Paris, as compras de vestuário e adereços faziam parte do quotidiano, sendo referidas, entre outros estabelecimentos, na capital portuguesa: os chapéus das casas Mimoso e Pinto, os *tailleurs,* do Amieiro; e, em Paris, as lojas Bon Marché, Chez Blanche, Galeries Lafayette, Leconte, Lewis e Maison Ory. Os hotéis, onde pernoitou foram igualmente objeto de referência. Em Lisboa, gostava de se instalar no Borges, tendo passado também pelo Durand, pelo Central e pelo Inglaterra. No Monte Estoril, o Hotel de Itália, era muitas vezes escolhido; já em Paris, a opção recaía no Hotel Stella, frequentado pela sociedade madeirense, ao ponto de Luísa ter afirmado ser o Madeira em Paris, inspirando-se na loja de moda Paris em Lisboa (p. 239). Uma saída da capital francesa levou-a a Bourboule, onde se instalou no Médicis Palace Hotel.

Frequentar a sociedade, a da Madeira e a de Lisboa, significava um constante saltitar entre casas, hotéis, festas e chás, sem esquecer toda uma preparação prévia que passava pela compra de vestidos e chapéus. Luísa foi parca em palavras acerca de parte deste quotidiano. Adquiria os seus bens nas capitais portuguesa e francesa e pontualmente na Madeira, mas nunca se deteve em alargadas considerações. Mesmo assim, em 27 de junho de 1908, considerou: "O que me aborreci esta tarde, provando uns eternos vestidos que jamais se acabarão, porque lhes falta sempre alguma coisa que me esqueço de comprar!... Depois, o meu espírito garoto divertiu-se como se tivesse quinze anos, porque a Rimboeuf me enfeitou um chapéu… de trás para diante!... Eis o que três anos de Madeira fizeram de uma elegante modista francesa!" (p. 108).

O diário aparece também como uma fonte para o conhecimento das quintas madeirenses, nas mãos de titulares ou de endinheirados de fresca data, sempre ridicularizados pela autora, que os chamava de *parvenus* (p. 284). Efetivamente, quer no diário quer em outros textos posteriores, Luísa nunca lhes poupou comentários sarcásticos. Por exemplo, em *Os que se divertem: a comédia da vida* (1920) dedicou-lhe algumas páginas em vários momentos, mormente em "A educação de Mariquinhas" e em "Chá das novas-ricas", ridicularizando o aspeto, o linguajar, o exibicionismo e os gastos[9], e em *Cartas de uma vagabunda* (1923) comentou: "ignoro se aquele doce mandamento de Deus: amarás o teu próximo como a ti mesmo, inclui os novos-ricos. É de esperar que não. Eu jamais poderia segui-lo. Odeio a espécie. Pela injustiça monstruosa que representa em face dos que morrem de fome e, mais ainda, parece-me pela sua deselegância física e moral. Tornam o mundo mais feio. E depois são como as nódoas de gordura, alastram…"[10].

Voltando às quintas, ao longo das páginas, Luísa, que frequentava diversas destas propriedades, ia-as referindo, designadamente Esperança, Nogueira (que habitava), da Palmeira, Pavão, Santa Ana, São Roque, Stanford e Vigia. A Quinta das Cruzes, que lhe era particularmente querida, uma vez que pertencera aos avós, foi objeto de menção, por exemplo, em 16 de setembro de 1903: "Esta tarde, nas Cruzes, mais do que nunca se apoderou de

---

[8] Origem da Escola — Escola Maria Eugénia de Canavial. https://www.lactario.pt/index.php/sobrenos/origem-escola. Consultado em 08-10-2024. Sobre o lactário, veja-se Isabel Drumond Braga, "O lactário do Funchal: origem e funcionamento (1908–1930)", *Congresso Internacional Educação, Solidariedade e Evangelização: da Europa para a Madeira, da Madeira para o Mundo: 100 Anos da chegada das Irmãs da Apresentação de Maria à Madeira*, Funchal, 7–11 de julho de 2025.

[9] Luzia, *Os que se divertem: a comédia da vida,* Funchal: Imprensa Académica, 2018, pp. 71–77 e 149–158.

[10] Luzia, *Cartas de uma vagabunda,* Lisboa, Porto, Viseu e Aveiro: Edições Esgotadas, 2025, p. 80. Na p. 79, a autora teceu outros comentários igualmente depreciativos.

mim a saudade, a nostalgia dos anos ali vividos. Desejei fugir, deixar a casa tão mudada, que mal a reconheço, refugiar-me na quinta que conserva toda a sua alma antiga, esconder-me entre o cerrado arvoredo, ouvir a melancólica voz do vento, embebedar-me de solidão, de tristeza e chorar, chorar sem fim, sobre a infelicidade dos meus e sobre a minha infelicidade…" (p. 60).

As queixas constantes sobre tristeza, solidão e desamparo chegaram a motivar uma ida a uma profissional da magia, em Lisboa. Em 25 de julho de 1904, Luísa registou no seu diário, admitindo ter tido vergonha, mas também desvalorizando a situação: "Fui hoje, depois das dez horas da noite, consultar uma… *feiticeira*, que mora num sítio duvidoso, para os lados do Carmo. O que pensariam se me vissem? Mas o que pode pensar-se de uma pobre *moumoutte* escanzelada e triste? E depois… que me importa, que me importa?! *Je m'en fiche…je m'en trifiche*, de tudo e de todos" (p. 83). Nos antípodas deste comportamento, poderemos encontrar as suas reflexões sobre o sentido da fé. Em 26 de julho de 1908, entendeu: "Ter fé é ter a melhor companhia, única que nunca nos desampara, nunca se desilude e impacienta com os nossos defeitos, torna quase doces as nossas lágrimas… É uma das tais janelas abertas para o céu, para a felicidade futura! Ah! Como eu queria que voltasse essa bendita fé" (p. 112).

A perdição de Luísa era o jogo. O *bridge* ocupava o seu tempo e delapidava o seu património. Tinha consciência do problema, mas não resistia. Jogava, jogava, jogava e pedia, perdia, perdia. Em alguns momentos, acabou em apuros. Mesmo assim, o escape, nem sempre a satisfazia. Em 14 de agosto de 1903, desabafou: "De mal para pior… Tudo se junta, até aflições de dinheiro. Vendi algumas joias porque estava sem vintém. Os amigos do F. por um lado, o meu *bluff* por outro, tudo levam! Devia deixar de jogar. Mas custa-me tanto. É a minha única distração, é o meu *ópio*!" (p. 55). Em 26 de janeiro de 1908, voltou ao assunto: "*Bridge* na Quinta de Santa Luzia. Oh! Quanto me aborreci! Os *bridges* ingleses, que dantes eram divertidos, tornaram-se agora tão secantes! Só me sentia bem, olhando para as flores que, numa profusão de sonho, enchiam as mesas, e para o vestido de renda branca da Blandy, um *exquis*, elegantíssimo vestido, um vestido poema!... (p. 101). Ou ainda, em 3 de abril de 1908, nova confidência: "Atirei-me ao jogo como quem se suicida, como quem toma morfina… E nem ele conseguiu distrair-me, não cessei de desejar o fim da festa. Como eu teria sofrido menos se passasse a tarde em casa, com os meus livros e os meus cães!" (p. 105). E os exemplos poderiam continuar.

Os gastos no jogo e em outros luxos, em contraste com a pobreza que a rodeava, envergonhavam-na. Em 27 de outubro de 1908, não se conteve "Pensei nos meus trezentos mil réis perdidos estupidamente no jogo *bluff* do Monte, no meu vestido de Paris que custou quatrocentos francos, nas meias de seda que mandei vir de Lisboa e achei-me odiosa, achei odioso, cheio de injustiça, o mundo. Porque permite Deus que tantos atirem o dinheiro pela janela fora, enquanto outros têm fome?" (pp. 121–122). Em 30 de setembro de 1913, a propósito de um capricho, Luísa refletiu, de novo, acerca da pobreza: "Fui ao … prego! — A tua amiga, decididamente, quer conhecer tudo! — Pensei que custasse muito essa visita e afinal custou-me tão pouco! Lá ficou o meu lindo broche de esmeraldas e diamantes. *Forever*? Espero que não. Confrangeu-se-me a alma diante de tanta miséria que tive de acotovelar. Todos que encontrei iam decerto, numa grande aflição, numa grande necessidade, empenhar alguma pobre coisa, para o pão de cada dia. Só eu, com o meu *tailleur* novo — outro *tailleur* de sarja azul escura que fiz no Amieiro — bem calçada, bem *chapeautée,* ia empenhar uma joia rica, porque o dinheiro que esperava da Madeira, para a minha viagem a Paris, não chegou […] e… o meu capricho não admite mais demora… Deus sabe se um dia virá em que farei de novo, a triste e vergonhosa peregrinação, se, em vez dessa joia que me rendeu dois contos, eu terei de sacrificar qualquer pequena, humilde coisa, com que compre um bocado de pão para matar a fome…Deus sabe" (p. 311).

Enquanto a escrita do diário durou ocorreu uma reviravolta política da maior relevância: a implantação da república, em 5 de outubro de 1910. Luísa referiu pela primeira vez a nova realidade em 14 de novembro: "A malvada república tem tudo por si, até o tempo mais lindo, mais luminoso! […] Eu que detesto a república, por tradição, por antipatia, por…*parti pris* — talvez que sobretudo por *parti pris*! — compreendo, entretanto, a alegria do povo, e nunca achei Lisboa tão pitoresca! […] Respira-se uma atmosfera de combate e de triunfo, que fustiga os nervos. Todos esperam, para Portugal, um glorioso amanhã" (p. 221). No mês seguinte, já eram

evidentes, os chamados vira casacas. Deles escreveu Luísa, "Ah! Que tristeza fazem, ou pelo menos *me* fazem, estes senhores — tantos! — que pensam de uma maneira e falam de outra! Como o grande rei D. Carlos os conhecia bem!" (p. 223).

Na Madeira, as autoridades republicanas deram continuidade às receções do período da monarquia. Mas, em 4 de julho de 1913, Luísa fez comentários implacáveis ao que assistiu: "*Garden party* do governador [major Sá Cardoso]. Tive a sensação de que assistia pela primeira vez a uma festa republicana. E…não gostei! É que estamos longe das receções de João Prezado, tão finas, da sua…sobriedade política, desse delicioso não se perceber em que regímen vivíamos e ter quase a ilusão de que a velha, a querida monarquia, com as suas boas maneiras, os seus defeitos tão confortáveis, o seu tão doce…*deixa andar, corra o marfim,* não cessara de existir. Agora, bom Deus, não restam dúvidas. Estamos na era democrática do Sr. Afonso Costa […] que o digam as horríveis bandeirinhas, que guarneciam as mesas do chá, onde os bolos eram encarnados e verdes também — uma deliciosa profusão de guloseimas, que parecia ter vindo de algum convento, no tempo do Senhor D. João V e eram feitos por S. Ex.ª, — informação da viscondessa de V. […]. Pois não me sentia eu, a anarquista! E invejei Leais, Acciaiuolis, Torres Belas, todas as que não foram, as que teimaram na sua fidelidade ao passado. — Ridículas, *snobs* — disse-me alguém. Talvez… em todo o caso…menos reles — perfeitamente — reles — do que nós, as que comemos o bolo encarnado e verde […]. A Vigia não é lugar para heróis da Rotunda, é um palácio encantado que espera a sua princesa…" (pp. 293–295).

As alterações políticas deram lugar a vivências e problemas comentados por Luísa. Um deles, referiu-se à chamada questão congregacionista. Após a proibição das ordens religiosas, em 1834, o governo acabou por aceitar, em 1857, as Irmãs da Caridade, que foram expulsas cinco anos depois, no meio de um debate entre adeptos da secularização e da laicização das instituições. Oficialmente, as ordens religiosas foram legalizadas em 1901 (decreto de Hintze Ribeiro), mas essa legislação foi revogada em 1910, com a República. Em 14 de novembro de 1910, Luísa referiu-se ao problema, com simpatia: "*Honra às vencidas.* As pobres Irmãs da Caridade e freiras, despojadas de tudo em nome do Amor e da Fraternidade — têm sido verdadeiras heroínas. Contam-se delas atos da mais sublime coragem — qualidade que anda tão esquecida nos homens! — Mas o que acho mais admirável ainda, é a serenidade, a resignação com que aceitaram tudo" (p. 222).

Outro ataque notado por Luísa foi o que os republicanos perpetraram à celebração do Natal. Em 12 de dezembro de 1910, considerou: "Os republicanos quiseram matar o Natal…Bem entendido, não conseguiram. Não se mata o que é eterno. Podem chamá-lo 'dia da família', mascará-lo de festa cívica, para nós será sempre a doce festa que celebra o Deus Menino" (p. 226). Dois anos depois, em 24 de dezembro, de novo no Hotel Borges, houve lugar para recordar com nostalgia as celebrações natalícias da infância: "A minha vida de criança, uma alegre árvore de Natal nas Cruzes, as vésperas da Festa no meu querido Alentejo, a missa do galo em noites frigidíssimas, depois o conchego, a alegria de roda da braseira, comendo as primeiras filhós! Como tudo vai longe! Todos mortos! Todos dispersos… Só eu fiquei, sem saber porque me deixaram, inútil, abandonada!" (pp. 258–259).

Entre as relações de Lisboa, Luísa contou com a amizade, de entre outros, dos duques de Palmela, dos condes de Sabugosa e da escritora Maria Amália Vaz de Carvalho (1847–1921) (pp. 263, 270, 305, 335, 348). Aparentemente o apareço era mútuo e dela escreveu Luísa, em 18 de fevereiro de 1914: "Orgulho-me de ter sabido, ter podido inspirar uma tão grande afeição àquela mulher superior e encantadora — as duas coisas nem sempre vão juntas, conheço bastantes pessoas que a superioridade torna perfeitamente insuportáveis e também as conheço encantadoras, cujo fundo intelectual e moral é o que há de mais inferior" (p. 335). Maria Amália foi uma das senhoras que mais incentivou Luísa a dedicar-se à escrita, o que veio a acontecer, após ter abandonado o diário, como se referiu anteriormente. Em 22 de julho de 1914, chegou a confidenciar que gostaria de escrever a História da Sociedade Madeirense no século XX (p. 348), o que, na verdade, já concretizara no diário e continuou nas suas obras ficcionais, sob outros títulos. Outras amizades não referidas no diário também se conhecem, pensemos em Fernanda de Castro, Teresa Leitão de Barros e António Ferro.

Por tudo isto e pelo muito que o diário encerra, torna-se claro que estamos perante uma importante fonte, que possibilita múltiplas linhas de leitura. Concluímos com uma frase da autoria das responsáveis pela presente edição: "o diário que escrevia no Jardim do Mar, no Funchal, em Paris, em Lisboa é estratégia de sobrevivência perante uma vida que não a satisfazia plenamente, um momento de confissão sem vergonhas e julgamentos, uma etapa de conhecimento e de cura e também de resistência, de raciocínio, mas é igualmente testemunha do seu gosto pela escrita" (p. 21).

Referências

Paolinelli, L. A., & Trindande, A. C. (Coord.) (2023). *Diário de Luzia: Caminhos da Vida, Um Jornal*. Livros Horizonte.

Declaração Ética

Conflito de Interesse: Nada a declarar. **Financiamento:** Nada a declarar.

Todo o conteúdo da ***NAUS — Revista Lusófona de Estudos Culturais e Comunicacionais*** é licenciado sob Creative Commons, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.